

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DAS ENGENHARIAS DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA

Pedro Henrique Rocha Chaves¹

Gabriele Feitosa dos Santos²

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior³

Caroline Feitosa dos Santos⁴

RESUMO

No Brasil, apesar da legitimidade dos direitos às pessoas com deficiência, há ainda diversos impasses para que estes direitos saiam do papel e estejam efetivos na prática, como a discriminação e o desconhecimento sobre o assunto. As diversas necessidades especiais, tais como a deficiência auditiva, física ou visual, estão sendo inseridas na sociedade, pouco a pouco, mas precisam cada vez mais de espaço inclusivo. O ensino superior, enquanto formador de profissionais tem crescido nos últimos anos, inclusive a presença de pessoas com necessidades específicas, contudo, é necessário que esse crescimento aconteça não somente no âmbito técnico, mas também nos sentidos morais e éticos. O presente trabalho apresenta uma análise acerca da percepção do estudante de engenharia do Instituto Federal da Bahia, *campus* Vitória da Conquista, acerca da inclusão de estudantes com deficiência e como a instituição se comporta perante as deficiências, também na percepção desses alunos. Para isso, realizou-se uma pesquisa objetiva com os estudantes dos cursos de engenharia elétrica, civil e ambiental, a fim de analisar suas opiniões sobre o tema abordado. Através dos resultados obtidos, foi possível estabelecer pontos sobre como os estudantes percebem a educação inclusiva e como estes enxergam as ações do Instituto, percebendo que apesar de terem as noções acerca da necessidade de colaborarem com a inclusão de pessoas com deficiência muito ainda pode ser feito para o aprendizado das ações inclusivas, a exemplo da Língua Brasileira de Sinais.

Palavras-chave: inclusão, necessidades específicas, ensino superior, percepção.

INTRODUÇÃO

As políticas de inserção de políticas educacionais inclusivas tem crescido com os anos em todos os ambientes.

Segundo Santos (2003), “o processo de inclusão se refere a quaisquer lutas, nos diferentes campos sociais, contra a submissão de pessoas excluídas: tanto as que se percebem com facilidade como aquelas mais sutis”. A inclusão de pessoas com necessidades especiais nos diversos ambientes da sociedade é, desde sempre, uma grande dificuldade. Apesar do grande avanço já alcançado em relação a esta inclusão, ainda há muito que se possa fazer.

O presente trabalho teve por finalidade analisar como os graduandos em engenharia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA, *campus* Vitória da Conquista percebem

¹ Graduando do Curso de Engenharia Elétrica do Instituto Federal da Bahia – IFBA, phrochaves@gmail.com;

² Graduando do Curso de Engenharia Elétrica do Instituto Federal da Bahia - IFBA, santosgabi2902@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Engenharia Elétrica do Instituto Federal da Bahia – IFBA, srjuniorfajr@gmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Engenharia Elétrica do Instituto Federal da Bahia – IFBA, carolsantosrb@outlook.com;

a inclusão de estudantes com deficiência e como a instituição se comporta perante as deficiências, também na percepção desses alunos. O presente projeto foi executado com estudantes de Engenharia Elétrica do IFBA. A escolha do instituto e dos cursos para a realização do projeto se dá baseado na proximidade para com o ambiente a ser trabalhado.

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, que foi realizado com os estudantes dos cursos de Engenharia Elétrica, Civil e Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Vitória da Conquista, foi feita uma pesquisa de natureza exploratória, descritiva e explicativa. As pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002).

Gil (2002) afirma também que as pesquisas descritivas tem por finalidade a descrição das características de uma população e as correlações entre variáveis que a influenciam enquanto que as pesquisas explicativas tentam identificar os motivos que contribuem para a ocorrência destas características.

Para Gerhardt e Silveira (2009), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Assim, a presente pesquisa teve um enfoque qualitativo, uma vez que está relacionada com a compreensão do comportamento de indivíduo, como também pelo fato de que os seus resultados foram discutidos.

Para a coleta dos dados, foi realizada uma pesquisa de campo na comunidade escolar (o instituto) a qual os estudantes estão inseridos. A pesquisa de campo é definida por Gil (2002) da seguinte maneira:

[...] a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

A pesquisa contou com a participação de 40 estudantes, sendo 21 do curso de Engenharia Elétrica, 12 do curso de Engenharia Ambiental e 7 do curso de Engenharia Civil, e foi realizada de maneira aleatória, com participantes que estão regularmente matriculados no IFBA nos cursos de Engenharia.

Para tal, foi realizada a aplicação de um questionário cuja intenção foi identificar como o estudante identifica a educação inclusiva, como ele age e qual a sua percepção acerca das atitudes da sua IE.

Os dados da pesquisa foram organizados e desenhados através da plataforma Excel, onde passaram pelo processo de tabulação que é (MARCONI; LAKATOS, 2003)

[...] a disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles. É uma parte do processo técnico de análise estatística, que permite sintetizar os dados de observação, conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente. Dessa forma, poderão ser melhor compreendidos e interpretados mais rapidamente.

Quando já organizados em tabelas e representados em gráficos, os dados passaram pelo processo de análise e interpretação, sendo que (MARCONI; LAKATOS, 2003),

[...] na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. ... Em geral, a interpretação esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos.

Concordando com a descrição acima citada, Gil (2002) define que “o processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação”, reforçando a necessidade de atenção na análise dos dados.

DESENVOLVIMENTO

Legalmente, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seus dois primeiros artigos, todos os cidadãos tem direito à educação de qualidade.

- Art.1 – Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- Art. 2 §1 – Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor,

sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Dessa maneira, a educação deve alcançar não somente as pessoas que não apresentam deficiências. Há, então, a necessidade de se buscar uma boa educação referente às pessoas com necessidades especiais, uma vez que

[...] tanto no caso do deficiente visual como do deficiente auditivo, níveis altamente satisfatórios de escolarização, incluindo mesmo ensino superior, poderiam ser alcançados, caso houvesse um atendimento pedagógico especializado e processos escolares de boa qualidade. (MEC, 1993).

Além disso, o inciso 5 do artigo 24 do Decreto Legislativo nº186/2008, que garante direitos às pessoas com deficiência, evidencia a obrigatoriedade de haver ensino para as pessoas com necessidades específicas e ainda as condições adequadas e acessíveis para que esta educação aconteça de maneira integral.

[...] assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência. (BRASIL, 2008, p. 17).

Apesar de estarem legalmente garantidos de direitos, as pessoas com necessidades especiais enfrentam uma barreira que vai muito além da legalidade: a discriminação. Como citam Hazard, Galvão Filho e Rezende (2007),

O processo de construção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, no entanto, assim como o de outros grupos discriminados da população, não começa com a legalidade de textos, mas com a legitimidade de ações de pessoas e grupos organizados que, por meio da pressão social, reivindicam direitos humanos e impulsionam a mudança, adequação e implementação da legislação.

Um outro impasse para a inserção integral de alunos com deficiência nas instituições de ensino é a formação docente. Deve haver nos professores a busca por mecanismos pedagógicos que façam os alunos se sentirem capazes de aprender o conteúdo oferecido.

Para Miranda e Galvão Filho (2012), “a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas”. Em concordância, Bertol (2008) afirma que

[...] ao agir na perspectiva de que a aprendizagem vai além da questão técnica, mas inclui a eticidade, exigindo do educador a busca de melhor

conhecimento sobre a originalidade e a dinâmica do sistema de aprendizagem de seus alunos, auxiliando para que encontrem o caminho de suas possíveis conquistas.

É importante ressaltar que a inclusão do aluno no ambiente escolar não significa levá-lo a um ambiente exclusivo a fim de ensiná-lo, mas fazer com que ele, no ambiente comum de ensino, possa participar das atividades, como aponta Nascimento (2008)

A prática escolar inclusiva provoca necessariamente a cooperação entre todos os alunos e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades de subdividi-lo. Dessa forma, nas subdivisões de turma, os alunos (...) trabalham em qualquer grupo de colegas, sem formar um grupo à parte.

Calheiros e Fumes (2011) afirmam ainda que “faz-se necessário refletir sobre o caráter inclusivo nas instituições de ensino superior, para que todas as pessoas possam ter as mesmas oportunidades de progredir no ambiente acadêmico e profissional.”

A área educacional é uma das áreas sociais que tem apresentado crescimento no que se refere à inclusão e presença de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) tem crescido nos últimos anos, apesar de ainda ser pequena. Segundo a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação (2012), o número de estudantes com algum tipo de deficiência matriculados no Ensino Superior passou de 2.173 para 23.254 entre 2000 e 2011.

O número de estudantes com alguma deficiência cresceu quase 1000% tratando-se de níveis percentuais, todavia, em relação ao número de estudantes matriculados nas IES a porcentagem ainda é bem pequena: 0,34%. A Tabela 1 mostra a quantidade de alunos com alguma deficiência matriculados em IES no Brasil e a Tabela 2 mostra essa mesma relação na Bahia.

Tabela 1. Matrícula de alunos com deficiência nos cursos de graduação presenciais e à distância, por tipo de deficiência segundo a Unidade de Federação e a Categoria Administrativa da IES, Brasil – 2011.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Deficiência					
	Total	Cegueira	Baixa Visão	Surdez	Deficiência Auditiva	Deficiência Física
Brasil	23.250	3.301	5.944	1.582	4.078	5.946
Pública	6.531	539	2.464	536	860	1.632
- Federal	4.437	384	1.518	488	645	1.061
- Estadual	1.861	140	902	36	172	464
- Municipal	233	15	44	12	43	107
Privada	16.719	2.762	3.480	1.046	3.218	4.314

Fonte: MEC/INEP/DEED

Tabela 2. Matrícula de alunos com deficiência nos cursos de graduação presenciais e à distância, por tipo de deficiência segundo a Unidade de Federação e a Categoria Administrativa da IES, Bahia – 2011.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Deficiência					
	Total	Cegueira	Baixa Visão	Surdez	Deficiência Auditiva	Deficiência Física
Bahia	821	70	282	36	135	256
Pública	190	12	71	12	21	66
- Federal	52	2	13	10	8	19
- Estadual	138	10	58	2	13	47
- Municipal	-	-	-	-	-	-
Privada	631	58	211	24	114	190

Fonte: MEC/INEP/DEED

Segundo Rogalsy (2010), “a educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.”, assim, vê-se a necessidade de que o ambiente escolar seja não somente um lugar de transferência de conteúdo, como também um lugar em que haja a integração em relação à todas as pessoas.

Para que essa integração entre estudante e instituição seja feita de maneira eficiente, faz-se necessário que as condições físicas previstas nas leis estejam devidamente asseguradas e acessíveis. Segundo a NBR 9.050/2004, acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.”

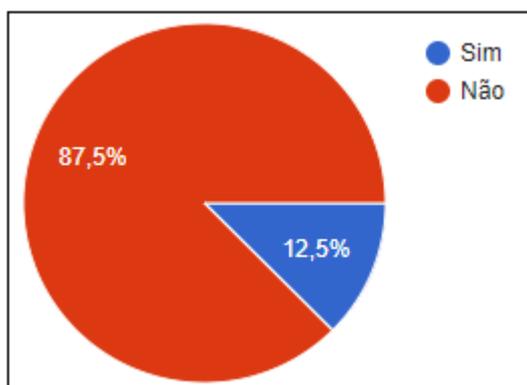
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da pesquisa utilizando a Plataforma Google Docs, foi possível traçar algumas características sobre como os estudantes de engenharia percebem a inclusão no Instituto. O primeiro item conclusivo do questionário acerca da inclusão foi se o estudante tinha colegas com algum tipo de deficiência.

Das respostas recebidas 42,5% disseram não saber sobre e 57,5% disseram diretamente não ter colegas com algum tipo de deficiência.

A segunda questão levantada no questionário foi se “havendo hoje a entrada de um aluno com deficiência auditiva, que use a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), você estaria apto a conversar com ele?”. Infelizmente, os dados mostram que dentre os estudantes participantes apenas 5 conseguiriam manter uma conversa com uma pessoa surda, por não saberem a Língua Brasileira de Sinais, como mostra a Figura 1.

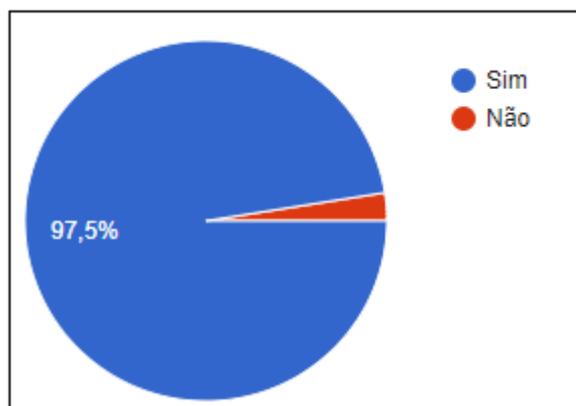
Figura 1. Quantidade de alunos aptos a usarem LIBRAS



Fonte: O autor

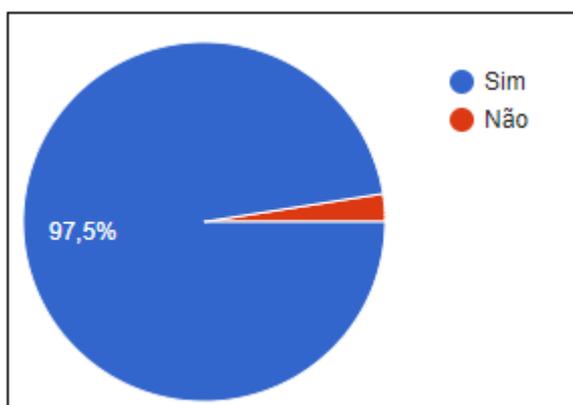
O baixo índice de pessoas que possuem proficiência em LIBRAS na pesquisa, é um reflexo da realidade nacional, uma vez que muitos sequer possuem conhecimento da língua. Porém, apesar da pequena quantidade de pessoas que possuem aptidão em LIBRAS, a pesquisa mostrou também que entre os participantes, a maioria acha necessário preparar-se para receber pessoas com deficiências e estaria disposta a fazer um curso de capacitação em LIBRAS para tal, conforme mostram a Figura 2 e Figura 3.

Figura 2. Quantidade de alunos dispostos a aprenderem LIBRAS



Fonte: O autor

Figura 3. Quantidade de alunos que acham necessário preparar-se para que haja inclusão

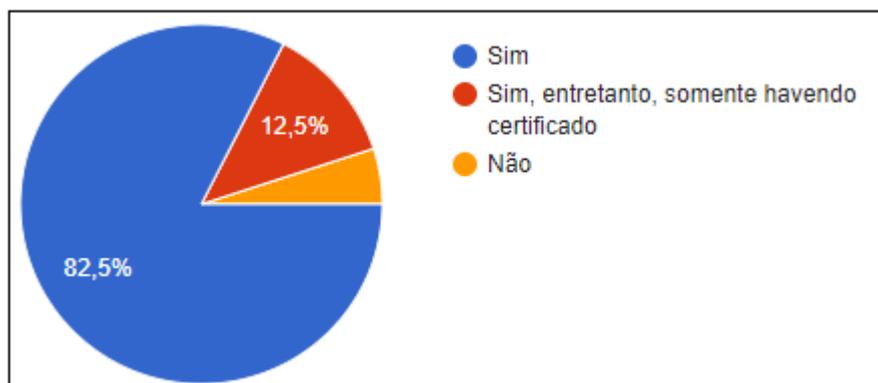


Fonte: O autor

Através dos dados, percebeu-se uma unanimidade quanto à disposição em aprender LIBRAS e ajudar no processo de inclusão das pessoas com deficiência, fato este que é totalmente positivo.

Outro dado obtido a partir da aplicação do questionário é sobre a disposição dos estudantes participantes sobre adquirirem conhecimento da Educação Inclusiva (Figura 4) de maneira mais abrangente.

Figura 4. Relato dos alunos acerca de um curso de Educação Inclusiva

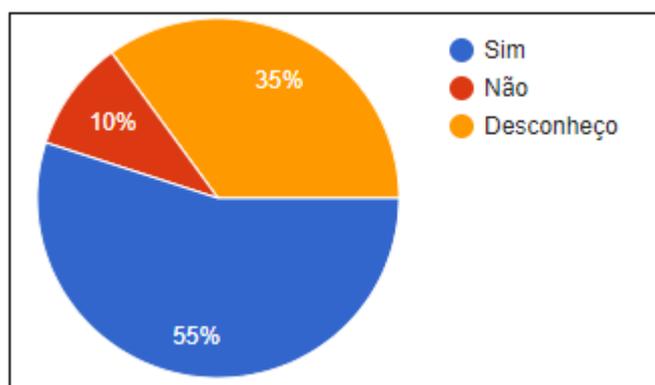


Fonte: O autor

Questionados sobre a participação em um curso à respeito deste tema, 95% mostraram-se dispostos para tal, isto é, de maneira geral, têm-se a preocupação em estar envolvidos quanto às questões relacionadas à educação inclusiva.

Por fim, quando questionados sobre as ações da IE acerca do inclusão e da acessibilidade oferecida para com as necessidades especiais, pouco mais da metade respondeu que há essa acessibilidade (Figura 5), mesmo a IE apresentando ligações entre blocos com rampas, intérprete de LIBRAS e um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o que mostra que, entre os alunos, falta sutileza para perceber que “pequenas” ações já contribuem para que pessoas com deficiências sejam assistidas.

Figura 5. Percepção dos estudantes em relação a assistência oferecida pela IE



Fonte: O autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa e de seus resultados, foi possível elencar alguns pontos acerca da percepção do estudante de engenharia do IFBA acerca da educação inclusiva.

- Os estudantes tem conhecimento da necessidade da Educação Inclusiva na vida das pessoas com quaisquer tipos de deficiência;
- Os estudantes entendem a necessidade de aprender LIBRAS;
- Os estudantes tem a preocupação em estar envolvidos quanto às questões relacionadas à educação inclusiva

Os estudantes participantes demonstraram ciência sobre o tema abordado, reconhecendo a necessidade de propagação e participação de pessoas que não apresentam deficiência na inclusão de pessoas que apresentam. A pesquisa mostrou também que há uma grande parte dos alunos que desconhece a presença das políticas de capacitação e promoção de acessibilidade do Instituto (Figura 5), o que faz com que haja a necessidade de maior divulgação dos projetos em questão e, também, de mais conscientização acerca do tema para que haja maior vontade e prática para a real inclusão das pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

Assessoria de Comunicação Social (Org.). **Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18124-em-10-anos-numero-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-sobe-9336>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Constituição (2008). Decreto nº 186, de 10 de julho de 2008. **Decreto Legislativo Nº 186**. Brasília, 10 jul. 2008.

BERTOL, Danieli Pagliarini. Alunos especiais no ensino regular: qual a percepção destes alunos acerca desta inclusão escolar?. **Educere**, Paraná, p.1456-1468, dez. 2008.

CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. O(a) aluno(a) com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade de Maceió/AL. **Debates em Educação**, Alagoas, v. 3, n. 5, p.63-81, jan/un. 2011. Semestral.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HAZARD, Damien; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; REZENDE, André Luiz Andrade. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência**: Textos de referência para monitores de telecentros. Brasília: Unesco, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEC. Educação especial: A realidade brasileira. **Em aberto**, Brasília, v. 60, n. 13, p.1-172, out/dez 1993.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: Edufba, 2012.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Uel, 2008.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Revista Movimento**, Niterói, p.78-91, maio 2013.